



O Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal e a preservação digital de jornais da região do Pontal do Triângulo Mineiro

Caio Alves Lima*

Lucas Cardoso de Moura**

Introdução

Comprometido com a preservação do patrimônio documental e da memória da região do Pontal do Triângulo Mineiro, o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal (CEPDOMP) contribui para o exercício da cidadania.

Este artigo é fruto de reflexões geradas a partir da experiência dos autores, ex-bolsistas desse Centro de Documentação, e de bibliografia sobre questões pertinentes ao tema.

Depois de caracterizados alguns aspectos do Centro de Documentação e apresentados alguns elementos sob os quais repousa sua existência, é partilhado um pouco de seu funcionamento interno e dos processos envolvidos na realização da digitalização de jornais da região que serão disponibilizados ao público em geral.

O CEPDOMP

O CEPDOMP é um Centro de Documentação que conquistou espaço através da criação e instalação do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na cidade de Ituiutaba, em 2006. Funciona desde 2009 através de projetos de extensão, adquirindo espaço físico no ano de 2012.

Atualmente o CEPDOMP desenvolve suas atividades por meio de programa contemplado pelo Edital PROEXT/UFU/2015 intitulado *Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: memória, história e cidadania*¹. Esse programa objetiva preservar e disponibilizar documentação histórica referente à região do Pontal do Triângulo Mineiro para pesquisadores, alunos e público em geral, em um ato de



preservação do patrimônio e da memória e de colaboração para o exercício da cidadania.

O funcionamento do CEPDOMP decorre do trabalho de estudantes bolsistas e voluntários dos cursos de história e pedagogia sob a coordenação de professores de ambas as áreas. De acordo com o edital para seleção de bolsistas, as atividades vigentes, bem como sua distribuição de bolsistas, são as seguintes:

- 1) Continuidade no trabalho de identificação, catalogação, tratamento, digitalização de Documentos para o acervo do CEPDOMP; organização do acervo e disponibilização na internet (5 bolsas); 2) organização/digitalização de Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba (1901-2000) (4 bolsas). (CENTRO, 2015, p. 5).

Para a execução dessas ações o programa conta com a parceria de instituições como a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, a Câmara Municipal de Ituiutaba, a Fundação Cultural de Ituiutaba, dentre outras. Parcerias responsáveis por viabilizar o relevante trabalho que o Centro de documentação vem realizando.

Em um contexto no qual vasta documentação, seja ela pública ou particular, acaba por se perder devido à ausência de políticas de preservação, Dalva Maria de Oliveira Silva afirma que:

Esta realidade colocou-nos a necessidade e o desafio de criar uma instituição que promova a preservação do patrimônio documental e da memória desta região buscando em médio prazo minimizar o problema. (SILVA, 2012, p. 6)

Frequentemente secundarizada, senão abandonada, a questão das políticas de preservação nem sempre recebe a requerida atenção. Pelegrini assinala que “a preservação das memórias e das identidades é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público” (PELEGRINI, 2009, p. 32-33). Importante porque essencial ao exercício da cidadania. Como coloca Paoli:

[...] a tarefa principal em uma política de preservação e produção do patrimônio coletivo repousa no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania. (PAOLI, 2012 apud CENTRO, 2015, p. 13)

Pelegrini reforça:

[...] os bens culturais tomados como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, reúnem



IV Semana de História do Pontal

III Encontro de Ensino de História

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA

na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal

29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



referenciais identitários, memórias e histórias – suportes preciosos para a formação do cidadão. (PELEGRINI, 2009, p. 23)

É ainda imprescindível à prática da cidadania o reconhecimento, por todos, de seu protagonismo na construção da história de sua cidade (ou campo), de sua região, de seu país e da humanidade. Desse modo, a valorização de uma maior variedade de documentos históricos, como realizado pelo CEPDOMP – seu acervo é constituído de documentos escritos e orais – contribui para a construção de uma história mais inclusiva na qual os sujeitos históricos, os agentes da história, não são limitados aos líderes políticos. Valorizando a história regional e local enfatiza-se, ainda, que os chamados interioranos do Brasil também possuem e constroem história e que essa história não é alheia à história do Brasil e do mundo em geral.

A questão da história excluente é muito marcante, por exemplo, no espaço escolar, esfera também visada pelo programa. Sendo assim, o CEPDOMP também objetiva oferecer material que subsidie professores e alunos no sentido de permitir a construção de uma história mais rica, nos moldes já comentados, em detrimento daquela dos “heróis” à qual os estudantes não se sentem pertencentes. Como afirma Fonseca:

A principal característica dessa história é a exclusão: sujeitos, ações e lutas sociais são excluídos. A exclusão e a simplificação do conhecimento histórico escolar introjetam nos alunos a seguinte ideia: vocês não fazem história, nós não fazemos história. A história é feita por e para alguns, que não somos nós, são outros e são poucos. (FONSECA, 2005, p. 90)

Já dentro do espaço universitário, os estudantes do curso de história dispõem da oportunidade de desenvolver através do CEPDOMP, de forma mais prática, aquele que é um dos pontos previstos por seu projeto, a capacidade de:

[...] gerir de forma consciente e ética a Memória e o Patrimônio histórico-cultural produzido por homens e mulheres, de diferentes setores sociais, no tempo e no espaço. (CENTRO, 2015, p. 13)

O CEPDOMP fomenta ainda a pesquisa acadêmica. O trabalho que tem sido efetuado já pode, por exemplo, contribuir com a realização de algumas pesquisas de graduandos, professores e pesquisadores em geral. Configura-se, portanto, em interessante foco documental para a realização de estudos sobre a região do Pontal, contemplando os graduandos e demais pesquisadores e beneficiando a sociedade.



Por fim, para o contexto no qual surge e atua há um fator de grande relevância a mencionar. Este diz respeito à inexistência de um arquivo público em Ituiutaba. De acordo com a lei N° 8.159, de 8 de Janeiro de 1991, todo município deve construir um arquivo público onde se possa preservar documentos que dizem respeito à respectiva cidade, como está posto no Capítulo I:

Art. 1º - É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Art. 5º - A Administração Pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma desta Lei. Art. 6º - Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa. (BRASIL. Lei 8.159, 1991)

Partindo dessa lei, conclui-se que a cidade de Ituiutaba não faz cumprir a mesma, deixando de exercer parte de sua obrigação com a sociedade local. Abstendo-se da missão de substituir um arquivo público, o CEPDOMP, por outro lado, busca minimizar o problema.

Aspectos técnicos do CEPDOMP e os jornais da região

O Campus Pontal da UFU não dispõe de um curso de arquivologia, ou de áreas afins, que possa dar suporte ao CEPDOMP. Desse modo, os cursos envolvidos são exclusivamente os de história e pedagogia. Entretanto, construir um Centro de documentação sem o aporte técnico da área especializada no assunto seria inconcebível. Por isso o CEPDOMP conta, desde sua criação, com o assessoramento de instituições



parceiras e de profissionais da arquivística¹. Logo, os bolsistas recebem orientação teórica e técnica com certa frequência. Mudanças técnicas pelas quais o CEPDOMP está passando são, a exemplo disso, fruto não somente de demandas internas, mas também de orientações profissionais.

No atual estágio em que se encontra – a preparação de material para disponibilização online e a construção da plataforma digital – o Centro de Documentação conta ainda com profissionais da informática e da tecnologia da informação responsáveis pela construção do software e pelo acompanhamento das demais etapas do processo de disponibilização.

O programa também promove eventos sobre arquivologia. No primeiro semestre de 2016, quando do período de orientação técnica da equipe, o Centro de Documentação promoveu o *Ciclo de Estudos: Organização e Gestão de Arquivos Permanentes*, oferecendo minicurso ministrado por uma profissional arquivista e aberto ao público em geral sobre teoria arquivística, organização e descrição de arquivos, conservação e preservação.

No segundo semestre deste mesmo ano o CEPDOMP promoveu outro evento, intitulado *Preservação de Documentos e Informações em Ambiente Digital*, no qual foi oferecido minicurso, também ministrado por profissional arquivista, sobre preservação documental em ambiente digital e recuperação da informação em ambiente digital.

O programa participa ainda de eventos como a recepção de calouros do curso de história e de outros promovidos pelo mesmo apresentando o acervo e o trabalho realizado, e propondo atividades.

A carga horária a ser cumprida no Centro de Documentação pelos bolsistas é de quatro horas por dia, totalizando vinte horas por semana e, ao final, oitenta horas mensais. Várias ações são desenvolvidas no programa, tais como: digitalização de jornais de Ituiutaba e região, digitalização de atas da Câmara Municipal de Ituiutaba e organização do acervo de Hélio Benício, memorialista e jurista mineiro. Dentre tais ações, coube aos autores o processo de digitalização, edição e organização dos jornais de Ituiutaba e região.



A realização desse trabalho envolve alguns pontos a serem observados. Os jornais são provenientes da Fundação Cultural de Ituiutaba e sua digitalização foi possibilitada pela parceria firmada entre esta e o CEPDOMP. A equipe recebe o material em lotes onde, após a finalização e devolução de um lote, um novo é solicitado. Os periódicos da Fundação são reunidos em livros encadernados e enumerados que abarcam, cada um, o período de alguns meses. Daí surge a primeira questão, pois o Centro de Documentação deve trabalhar de acordo com as condições que esses livros apresentam. Ao tratar das condições desse material incluímos seu estado de conservação, a qualidade de sua encadernação, a maneira como foi organizado nos livros e até mesmo as condições gráficas dos periódicos quando do período de sua produção.

Esses elementos, somados a outros tantos, impõem ao Centro de Documentação algumas limitações também responsáveis por determinar seu funcionamento. A estrutura utilizada para a realização da digitalização dos jornais é exemplo dos reflexos dessas limitações. O trabalho de digitalização dos jornais é realizado com o uso de uma câmera fotográfica de alta qualidade instalada em um tripé em cima de uma mesa. Apesar de se tratar de uma câmera de alta qualidade, entende-se que o essencial para a realização dessa tarefa seria a disponibilização de um *scanner* de alta tecnologia. As limitações institucionais mostram-se, portanto, aqui evidentes, pois o Centro de Documentação ainda não conseguiu angariar verba o suficiente para a compra do equipamento cujo valor é consideravelmente elevado. Sem esse equipamento torna-se mais difícil contornar as balizas impostas pelas condições materiais dos livros de jornais. O CEPDOMP o faz, portanto, de acordo com a estrutura que possui e que tem permitido a realização de uma tarefa elogiável.

O processo que resulta em uma versão digital do documento é constituído de três principais etapas: a digitalização do documento, sua edição e a organização do material obtido.

Na primeira etapa posiciona-se o livro cujas páginas serão digitalizadas em cima da mesa na qual está instalada a câmera fotográfica. Depois de alinhado são realizadas as fotografias. Os jornais devem ser fotografados página por página, observando que



sua qualidade deve estar sempre adequada para consulta. Nesse momento deve-se dar atenção a alguns pontos. Sombra, elevação da página causada pela lombada dos livros, dentre outros, são fatores que exigem certo esforço a fim de serem contornados. Esses nem sempre podem ser completamente remediados, mas realiza-se o possível. Para o manuseio dos jornais faz-se sempre o uso de máscara e luvas de borracha, acessórios responsáveis pela proteção dos documentos (suor, saliva, etc.) e também dos bolsistas (pó, bactérias, etc.). Esse trabalho é geralmente executado por uma só pessoa, então encarregada da tarefa, mas a comunicação é peça-chave durante o processo, cujas etapas, mesmo que realizadas por pessoas distintas, são interdependentes. Desse modo, o responsável pela digitalização deve manter frequente contato com o encarregado pela edição, visto que este receberá o material gerado por aquele.

A próxima etapa constitui-se, portanto, na edição das fotografias geradas. Esse estágio se resume no processo de alinhamento, recorte e ajuste de cores da fotografia. Realizada em um programa básico de edição de imagens, o objetivo dessa tarefa é excluir da imagem todos os elementos alheios à página do jornal, assim como ajustar seu posicionamento e cor a fim colocá-la em condições adequadas para consulta.

Esse estágio encontra-se, entretanto, em processo de aprimoramento. Um programa de edição mais sofisticado está sendo implementado e o objetivo da transição é oferecer maiores possibilidades durante a edição para que intervenções mais intensas possam ser realizadas quando necessário, visando sempre a qualidade final do documento a fim de que sua leitura seja realizada sem dificuldades. Esta é, pois, uma das propriedades do Centro de Documentação, seu constante aperfeiçoamento procedente das novas demandas e também do trabalho de sua equipe.

Por último, a organização é responsável por ordenar esses documentos entre pastas classificadas em datas de acordo com o método adotado pelo CEPDOMP. Essa função é cumprida também por aquele encarregado pela edição das imagens, em razão de ser este o mais familiarizado com o conteúdo e o manejo dos arquivos digitais.

O processo, entretanto, não se encerra exclusivamente nessas três principais etapas. É necessário mencionar ainda outras duas, de grande peso, cuja função é



importante à obtenção do resultado esperado. Trata-se da revisão do material obtido nos estágios anteriores e da construção de uma planilha de observações.

Por revisão do material obtido entende-se a revista da qualidade das fotografias, assim como de sua edição e também da organização final dos arquivos. Essa função é incumbência de uma pessoa que não tenha participado das etapas anteriores dado que aqueles cuja grande parcela de tempo foi dedicada a uma só tarefa têm seus olhos frequentemente “viciados” e menos qualificados para corrigir os erros da digitalização e da edição. Na revisão, entretanto, ou até mesmo anteriormente, podem ser observados alguns elementos que impeçam a realização de uma leitura plena da página digitalizada mas que, por via de sua natureza, não podem ser remediados. Um dos possíveis elementos diz respeito à encadernação dos jornais que frequentemente compromete a boa qualidade da fotografia da página. Em muitos livros encontramos páginas coladas fora do padrão, impedindo a leitura de certo trecho da página do periódico. Quando verificado algum problema dessa ou de outra natureza, e que não possa ser solucionado, realiza-se uma observação em planilha reservada a essa função. No caso da incapacidade de realizar a leitura de um trecho, por qualquer motivo irremediável que seja, a planilha apresentaria ainda a transcrição, quando possível, do trecho ilegível. Nela destaca-se também, por exemplo, saltos nas páginas ou datas dos jornais, dessa maneira o mesmo tem suas falhas tornadas explícitas ao consulente.

A planilha cumpre, portanto, a função de reunir todas as observações necessárias ao leitor que, ao se deparar com esses problemas, enfrentará dificuldades em sua leitura, configurando-se, desse modo, em metadados desses documentos.

Como já referido, o andamento das atividades do CEPDOMP é subordinado a alguns fatores, dentre eles a demanda e a relação custo benefício. Tendo estes dois em vista, optou-se, entretanto, por limitar a planilha às observações, excluindo, por ora, as transcrições. A razão vem da constatação de uma volumosa quantidade de trechos ilegíveis no limite interior das encadernações. A realização do trabalho de transcrição destes consumiria uma enorme quantidade de tempo e mão de obra, atrasando demasiadamente a disponibilização do material ao público. Com isso, foi considerado mais adequado dar prosseguimento na conclusão do material, deslocando esse setor da



planilha ao segundo plano. Essa escolha, entretanto, não implica o abandono da tarefa de realizar as transcrições, mas sim a decisão de fazê-lo em um futuro considerado mais pertinente, somando a um material que já pôde ser disponibilizado.

No CEPDOMP, até ser gerado o arquivo final dentro de sua respectiva pasta, nomeados esta e aquele de acordo com o método adotado, são percorridos então vários caminhos. Feita a fotografia e gerado o documento digital, este é transferido ao computador de edição. Editada certa quantidade de fotografias, estas são transferidas a um hd externo reservado ao *backup* do material já gerado. O *backup* é de extrema importância à preservação digital desses documentos e é realizado não somente em hd's mas também em dvd's – para este último são transferidos arquivos somente depois de gerada determinada quantidade de material.

Considerações finais

O Centro de Documentação do Pontal é uma instituição de preservação do patrimônio e da memória da região do Pontal do Triângulo Mineiro que visa, em primeiro lugar, a sociedade, mas que traz também benefícios aos cursos de história e pedagogia, a seus estudantes e professores e ao Campus do Pontal.

Considerando que o curso de História forma o bacharel e o licenciado e que a instituição comprehende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o CEPDOMP, visto seu caráter, colabora para tal proposta.

Sua existência decorre de escolhas. O que preservar? Por que preservar? Como preservar? Como bem lembram Karnal e Tatsch “a existência de um documento é, em geral, uma combinação delicada da fortuna e da consciência” (KARNAL; TATSCH, 2009, p. 24). Da fortuna de terem os documentos que compõem o acervo do CEPDOMP, e dos que virão a compor, terem chegado até ele, mas também da consciência de que esses documentos são preservados em detrimento de outros e das razões pelas quais o são.

Seu intuito não é, portanto, reunir uma quantidade de documentos e preservá-los apenas por fazê-lo. Essa tarefa faz parte de um plano maior, preocupado com as formas pelas quais o Centro de Documentação pode contribuir para o exercício da cidadania.



Dentre os documentos que compõem seu acervo estão os pertencentes à Coleção Fundação Cultural, os antigos jornais da região, cujo trabalho de preservação digital foi apresentado.

Fontes e referências bibliográficas:

BLOCH, M. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 jan. 1991.

CENTRO de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal: memória, história e cidadania. Programa PROEXT/2015. UFU, 2015.

FONSECA, S. G. O ensino de história e a construção da cidadania. In: _____. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. 13 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

KARNAL, L; TATSH, F. G. A Memória Evanescente. In: PINSHY, C. B; LUCA, T. R. (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: _____. *História e memória*. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão [et. al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SILVA, D. M. O. S. (Coord.). *Guia acervo Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Pontal*. Ituiutaba: UFU, CEPDOMP, 2012.

VIDAL, A. A conservação e a preservação de documentos digitais: um desafio na era da sociedade da informação. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, Porto, n° 7, p. 144-154, 2010.

* Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. E-mail: <caiolima@ufu.br>.

** Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. E-mail: <mouralucascardoso@hotmail.com>.



**IV Semana de História do Pontal
III Encontro de Ensino de História**

POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA
na pesquisa e no ensino de História

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal
29 de novembro a 02 de dezembro de 2016

ISSN: 2179-5665



¹ No Programa contemplado no Edital PROEXT/2015 constam como parceiros o Centro de Documentação em História (CDHIS-UFU), a Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQSP), o Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM) e o Centro de Documentação e Informação Prof. Casemiro dos Reis Filho (CEDIS-PUC-SP).